



## Projeto de Resolução n.º 1493/XIV/3.º

Recomenda ao Governo a revisão dos Objetivos Específicos da PEPAC

### Exposição de Motivos

O processo de elaboração e discussão do PEPAC - Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal tem decorrido com inúmeras queixas de organizações não-governamentais e da própria comunidade científica sobre a falta de transparência, envolvimento, debate e abertura para acolher os contributos de especialistas e das organizações de defesa do ambiente.

O processo ficou marcado pela demissão de seis peritos da Comissão de Acompanhamento devido aos atrasos na elaboração do plano e por sentirem que os seus contributos não foram tidos em consideração.

Também as organizações não-governamentais de ambiente têm apontado diversas críticas ao plano e ao processo de consulta pública, nomeadamente no que diz respeito a diversas insuficiências, em particular nas componentes referentes aos Objetivos Específicos 4, 5 e 6 (respetivamente, clima, recursos naturais e biodiversidade), considerando que a questão só pode ser resolvida com uma profunda revisão destes pontos através de um processo de consulta que seja verdadeiramente inclusivo e participativo.

Os próximos anos de Política Agrícola Comum serão determinantes para atenuar os efeitos da catástrofe climática que já se está a manifestar em várias zonas do planeta e que, segundo a comunidade científica, terá especial impacto no nosso país.



Por isso, os objetivos referentes à adaptação às alterações climáticas, atenuação dos seus efeitos, energia sustentável, a par de uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e o ar e a proteção da biodiversidade, melhoria dos serviços ligados aos ecossistemas e preservação dos habitats e das paisagens assumem uma importância vital e devem estar acima de quaisquer tipo de interesses que não sejam a salvaguarda do bem estar das populações e do equilíbrio natural do planeta.

Nestes termos, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, as Deputadas e o Deputado do PAN abaixo assinados propõem que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Proceda a uma revisão profunda dos Objetivos Específicos 4, 5 e 6 (clima, recursos naturais e biodiversidade) da PEPAC, em função dos contributos das ONGA, comunidade científica e peritos do Conselho de Acompanhamento;
2. Promova um processo de consulta pública verdadeiramente transparente e abrangente no sentido de contribuir para uma agricultura mais sustentável.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 27 de outubro de 2021

As Deputadas e o Deputado,

Bebiana Cunha

Inês de Sousa Real

Nelson Silva